



3705363



00135.206603/2023-92



**Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania  
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**

**ATA 315ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONANDA JUNHO**

**DATA: 21 E 22/06/2023**

Nos dias vinte e um e vinte e dois do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, na Sala 2 Plenária, Edifício Parque Cidade Corporate, localizado no Setor Comercial Sul Quadra 9, Torre A, 3 10º andar, Asa Sul, Brasília – DF, foi realizada a Tricentésima Décima Quinta Reunião Ordinária 4 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente – CONANDA. No dia 21/06/2023 5 estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); 6 Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Bruna Bragança Boreli Volponi (MS); Bruno Wrýpätwir 7 Kanela (MPI); Cristina Mosquetta de Moraes (MJSP); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto 8 Fazendo História); Daniela Maria Amoroso (Ministério do Esporte); Danyel Lório de Lima (MPO); 9 Dayse César Franco Bernardi (NECA); Diego Bezerra Alves (SNCDA); Edmundo Ribeiro Kroger 10 (CECUP); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Elói Gallon (CNBB); 11 Evelinny Gonçalves Pereira Lopes (MPS); Fabiane Macedo Borges (MDS); Lucinete Correa 12 Tavares (Instituto EcoVida); Lais Gabriele Weber (ME); Maria Luiza Moura Oliveira 13 (SNDCA/MDH); Mariangela Ferreira Andrade (MinC); Marina de Pol Poniwas (CFP); Marta Volpi 14 (ABRINQ); Renato César Ribeiro Bomfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIÃ); Rozângela 15 Borota Teixeira (FEBRAEDA); Sandra Alves da Mata e Souza (MEC); Sérgio Eduardo Marques da 16 Rocha (Aldeias Infantis SOS Brasil); Tatiana Augusto Furtado Gomes (SALESIANO). 17 Representantes do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA): Arthur da Silva Campos (ES); 18 Igor Gabriel Silva Apolinário (AL); Maria Gabriela Pereira da Costa (CE); Maria Rita Lemos 19 Resende (PI). Convidados: Cláudio Augusto Vieira da Silva (SNDCA); Daniele Bellettato Nesrala 20 (DPMG); José Carlos Moraes (Aldeias SOS); Maria Izabel da Silva (FLACSO); Nancy Torres 2 21 (FLACSO); Paula Karoliny Vicente de Oliveira (CEDCA/AL); Ricardo Washington Moraes de 22 Melo (Fórum DCA/OAB); Thaisi Bauer (Coalizão pela Socioeducação). No dia 22/06/2023 23 estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); 24 Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Bruna Bragança Boreli Volponi (MS); Bruno Wrýpätwir 25 Kanela (MPI); Claudio Augusto Vieira da Silva (MDH/SNDCA); Cristina Mosquetta de Moraes 26 (MJSP); Daiane Boelhouwer Menezes (MPO); Dayse César Franco Bernardi (NECA); Débora de 27 Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Diego Bezerra Alves (SNCDA); Edmundo Ribeiro 28 Kroger (CECUP); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Elói Gallon 29 (CNBB); Evelinny Gonçalves Pereira Lopes (MPS); Fabiane Macedo Borges (MDS); Lais Gabriele 30 Weber (ME); Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida); Mariangela Ferreira Andrade (MinC); 31 Maria Luiza Moura Oliveira (SNDCA/MDH); Marina de Pol Poniwas (CFP); Marta Volpi 32 (ABRINQ); Renato César Ribeiro Bomfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIÃ); Rozângela 33 Borota Teixeira (FEBRAEDA); Sandra Alves da Mata e Souza (MEC); Sérgio Eduardo Marques da 34 Rocha (Aldeias Infantis SOS Brasil); Tatiana Augusto Furtado Gomes (SALESIANO). Esteve 35 presente: Laurenice Alves de Castro (Secretária Executiva do Conanda). Representantes do Comitê 36 de Participação de Adolescentes (CPA): Arthur da Silva Campos (ES); Maria Gabriela Pereira da 37 Costa (CE); Maria Rita Lemos Resende (PI). Convidados: Daniele Bellettato Nesrala (DPMG); 38 Hélio Castro (SNDCA); Maria Izabel da Silva (FLACSO); Nancy Torres (FLACSO); Marilda Lima 39 (SNDCA); Paula Karoliny Vicente de Oliveira (CEDCA/AL); Ricardo Washington Moraes de 40 Melo (Fórum DCA/OAB); Thaisi Bauer (Coalizão pela Socioeducação). 41 42 21/06/2023 – Abertura da 315ª Assembleia do Conanda: A Conselheira Maria Luiza Moura 43 Oliveira iniciou a reunião cumprimentando a todos e manifestou solidariedade as famílias que 44 perderam crianças vítimas de violência. Em seguida, foi realizada a chamada dos conselheiros e 45 conselheiras presentes. Após a verificação do quórum, foi apresentada e contextualizada a seguinte 46 pauta prevista para os dois dias de reunião - Dia 21/06/2023: 9h às 9h30 – Abertura da 315ª 47 Assembleia do Conanda; 9h30 às 9h40 – Informes da Secretaria Executiva do Conanda; 9h40 às 48 9h50 - Aprovação da Ata da 314ª Assembleia Ordinária de maio; 10h – Aprovação da atualização 49 da Resolução 199; 10h às 11h – Apresentação do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA; 50 11h às 12h – Apresentação do Projeto INSPIRE (Coalizão Pelo Fim da Violência); 12h às 14h – 51 Intervalo Almoço; 14h às 15h00 – Apresentação do dos Resultados da Pesquisa sobre a Situação e 3 52 acesso a Direitos de Crianças, Adolescentes e Jovens em Cuidados Alternativos no Brasil (Aldeias 53 Infantis SOS Brasil); 15h00 às 15h30 – Relato da Comissão Permanente de Mobilização e 54 Formação – CMF; 15h30 às 16h00 – Participação do Ministro Silvío Almeida; 16h00 às 16h30 – 55 Apresentação PPA (Anna Karla, Assessora de Participação MDHC); 16h30 às 17h30 – Relato da 56 Comissão Permanente de Políticas Públicas – CPP; 17h30 às 18h – Encaminhamentos; 18:00h – 57 Encerramento. Dia 22/06/2023: 9h às 9h30 – Abertura da 315ª Assembleia do Conanda; 9h30 às 58 10h – Apresentação e aprovação de Recomendação do Trabalho Infantil; 10h às 11h – Relato da 59 Comissão Permanente de Orçamentos e Finanças – COF; 11h às 12h – Relato da Comissão 60 Permanente de Ações Parlamentares – CDHAP; 12h às 14h – Intervalo Almoço; 14h às 15h – 61 Apresentação do Projeto Vira Vida; 15h às 16h – Relato da Comissão Organizadora da 12ª 62 CNDCA; 16h às 17h – Encaminhamentos; 17h15 – Encerramento. Ato contínuo, a Sra. Laurenice 63 Alves de Castro iniciou os informes da Secretaria Executiva. Anunciou que o Movimento Nacional 64 de Meninos e Meninas de Rua está temporariamente suspenso do Conanda até a análise de uma 65 denúncia que chegou no conselho. Notificou que foi solicitada uma pauta pelo TST, referente a 66 reunião de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, que ocorrerá no dia 29 de 67 junho e com a participação da Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas, do Conselheiro Edmundo 68 Ribeiro Kroger, da Conselheira Fabiane Macedo Borges, da Coordenadora de Enfrentamento do 69 Trabalho Infantil Maria de Fátima, da Secretária Executiva Laurenice Alves de Castro e do ministro 70 do Tribunal Superior do Trabalho Evandro Pereira. Depois, discorreu sobre o convite para o 71 Seminário Internacional de Segurança e Proteção no Ambiente Escolar, que ocorreu no dia 30 de 72 maio e a Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas participou. Noticiou que a reunião da Comissão 73 Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) ocorreu de 10 a 13 de junho, com a 74 presença das conselheiras Marta Volpi e Rozângela Borota Teixeira como

representantes do 75 Conanda e que foi pautada a indicação de representantes para a comissão. Relatou que as duas 76 resoluções aprovadas no último pleno foram encaminhadas para todos os conselhos estaduais, 77 conselheiros do Conanda e divulgadas na página oficial e na rede social do Conanda. Explicou 78 sobre ofício que versa a indicação de representantes para o Fórum Nacional PETI (FNPETI). 79 Informou como indicações: O Conselheiro Elói Gallon e os Representantes do CPA Raíssa Dias e 80 Jeferson do Nascimento. Sobre a minuta de resolução e aprimoramento do programa de erradicação 81 do Fórum PETI, destinado ao presidente do conselho, declarou que a resposta foi encaminhada pela 82 Comissão Permanente de Políticas Públicas (CPP). Quanto ao ofício relacionado as crianças 4 83 removidas, anunciou que a resposta foi enviada pela CPP ao secretário executivo do Ministério da 84 Integração e do Desenvolvimento Regional, ao Ministério da Educação, ao Ministério da Saúde e ao 85 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. A respeito do 86 Plano Decenal de Direitos da Criança e do Adolescente, explicou que ocorreu nos dias 06 e 07 de 87 junho de forma virtual. Adicionou que foi solicitado uma pauta do Instituto Cuidar e Aldeias SOS, 88 que foi na plenária de hoje no período vespertino. Acrescentou que a pauta da Coalizão também foi 89 incluída e foi discutida na CPP. A respeito da indicação para a classificação indicativa, esclareceu 90 que a reunião ocorreu no dia 20 de junho às 10:00. Arrazoou que o webinar sobre o Serviço de 91 Acolhimento e Família Acolhedora ocorrerá no dia 30 de junho de 14:00 às 17:30 de forma virtual e 92 que o convite foi encaminhado aos conselheiros estaduais, secretários executivos dos conselhos e 93 foi divulgado nas redes sociais do Conanda. Complementou que foi alterado o representante do 94 Ministério da Fazenda em substituição a Conselheira Ana Paula. Depois, foi informado sobre a 95 alteração de representação do GAJOB, indicação e nomeação do servidor Carlos Henrique Moraes, 96 coordenador de apoio da secretaria executiva. A Conselheira Marina de Pol Poniwas declarou que 97 participou da conferência livre de saúde Minha Criança Trans e de uma reunião com o Movimento 98 Infância Plena e acrescentou que, caso seja necessário, será solicitada a pauta ao CPP. Foram 99 iniciadas as apresentações. Após as apresentações, foi informado que houve uma reunião da CIT 100 sobre Orfandade e violências e foi deliberado pela elaboração de um documento em conjunto com 101 outros conselhos para orientar o acolhimento e apoio para crianças que perderam parentes mais 102 próximos e entraram na condição de orfandade. Ato seguinte, a Conselheira Fabiane Macedo 103 Borges reforçou o informe do webinar que ocorrerá no dia 30 de junho à tarde. A Conselheira 104 Tatiana Augusto Furtado Gomes questionou o horário da reunião com o TST. Foi informado que o 105 horário não foi definido. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger explicou que no dia 13 foi votado 106 o projeto de lei nº 3026, que possibilita que doadores de recursos de impostos de renda ao Fundo da 107 Criança possam indicar os projetos que o doador possui interesse. Acrescentou que a Comissão de 108 Assuntos Econômicos discutiu o parecer do relator, aprovou e que amanhã será encaminhado ao 109 Plenário do Senado. Relatou o histórico do projeto e a importância do Conanda e propôs a presença 110 dos conselheiros no Conanda. Com a palavra, a Conselheira Marta Volpi esclareceu que o Conanda 111 elaborou uma carta quando o PL ainda estava na Câmara, pedindo a aprovação e o apoio e se dispôs 112 a atualizar a carta para entregar no Plenário do Senado amanhã. Logo em seguida, foi iniciada a 113 aprovação da pauta. Foi ressaltada a proposta de apresentação na Câmara. O Conselheiro Edmundo 5 114 Ribeiro Kroger sugeriu fazer uma delegação para comparecer ao local e encaminhar o documento. 115 O Conselheiro Elói Gallon propôs a alteração da pauta da CMF para o dia seguinte e definir horário 116 para a presença no Senado. Foi questionado se a COF poderia fazer o relato hoje. Foi concordado. 117 A Conselheira Marta Volpi sugeriu verificar quais conselheiros podem comparecer no local para 118 indicar na carta e se não for possível entregar a carta, protocolar a carta no Senado para o senador 119 Rodrigo Pacheco analisar o PL com urgência. Foi sugerido organizar uma comitiva e atualizar a 120 carta. Foi concordado. O Sr. Ricardo Washington Moraes de Melo se colocou à disposição e 121 anunciou que o Senado estará em arguição com o Dr. Cristiano Zanin, portanto, o assunto deve ser 122 tratado com urgência. Depois, foi proposto que a CPP fizesse o relato no horário da CMF e a COF 123 fizesse depois da presença do ministro. Foi concordado. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger 124 salientou que a CPP iniciará o relato no final do expediente e que pode ser afetado por quórum 125 qualificado. O Conselheiro Diego Bezerra Alves discordou da ocorrência do relato no último 126 horário. O Conselheiro Antônio Lacerda Souto notificou que a CONTAG possui como eventos esse 127 ano: Grito da Terra Brasil, Festival da Juventude e Marcha das Margaridas e que hoje às 16:00 128 ocorrerá uma reunião com a ministra da Saúde para negociar a pauta relacionada a saúde, sendo 129 necessário estar presente nessa reunião. A Conselheira Cristina Mosquetta de Moraes sugeriu 130 manter o horário da COF. O Conselheiro Elói Gallon sugeriu manter o relato da CMF na pauta no 131 horário em que estava, mas faltando o relato quanto a mobilização de rua. Foi concordado. Após a 132 votação, a pauta foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, foi iniciada a aprovação da 133 Aprovação da Ata da 314ª Assembleia Ordinária de maio. Foi relatado que na ata foram feitas 134 correções pela Conselheira Ana Claudia Cifali que foram acatadas. Após a votação, a ata da 314ª 135 Assembleia Ordinária de maio foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi iniciada a Aprovação 136 da atualização da Resolução nº 199, referente ao CPA. O Conselheiro Elói Gallon lembrou a 137 sugestão da Conselheira Marta Volpi de citar na resolução alguns artigos do Estatuto da Criança e 138 do Adolescente. A Conselheira Marta Volpi esclareceu que o item surgiu diante de uma sugestão 139 dela na minuta, considerou que a alteração seria encaminhada pela CMF, e acrescentou que não 140 haveria problema em alterar o que foi sugerido. A Conselheira Tatiana Augusto Furtado Gomes 141 explicou que ficou pendente a conversa com a Conselheira Marta Volpi sobre a inclusão de 142 determinado artigo, que foi feita a sugestão, mas não houve tempo hábil para fazer esse 143 encaminhamento, mas a maioria das sugestões foram contempladas. A Sra. Maria Izabel da Silva 144 explicou que o item trata da hospedagem dos adolescentes entre os seus pares e os adultos não 6 145 ficarem no mesmo quarto. Acrescentou que a conselheira propôs separação por sexo e que depois 146 foi discutido se a separação por sexo não poderia trazer problema no futuro, o foi concordado. 147 Acrescentou que a redação foi simplificada e que conselheira sugeriu inserir o artigo nº 82 do ECA 148 sobre hospedagem, porém, o item não é totalmente adequado ao caso pois envolve adulto. 149 Concordou com a inserção de um preâmbulo, com a inclusão de terminados artigos do ECA sobre a 150 hospedagem de crianças e adolescentes. Foi informado que os artigos nº 82 e nº 250 estão 151 relacionados ao assunto. O Conselheiro Elói Gallon concordou com a inserção dos artigos. Após o 152 debate, foi iniciada a votação e a resolução nº 199 foi aprovada. Logo em seguida, foi relatado que a 153 atividade no Senado é amanhã às 11:00, sendo necessário alterar o horário da apresentação da COF. 154 Diante do exposto, foi sugerido pela mesa diretora iniciar o relato da COF, depois apresentar o 155 relato da CMF e no dia seguinte ocorrer os relatos da CPP e CDHAP. Todos concordaram. Foi 156 sugerido uma representação de cada comissão e que a Conselheira Marta Volpi aglutine o grupo. A 157 Conselheira Marta Volpi concordou. Na sequência, foi iniciada a apresentação do CPA. O 158 Adolescente Igor Gabriel Silva Apolinário se apresentou e cumprimentou a todos. Parabenizou a 159 reunião, notificou que os representantes eleitos do Estado de Alagoas foram empossados no dia 18 160 de maio e que estão ansiosos para o encontro do CEDCA Alagoas com os representantes eleitos e 161 para a comemoração dos 33 anos do ECA. Depois agradeceu a todos os representantes da FLACSO. 162 Em seguida, a Adolescente

Maria Gabriela Pereira da Costa se apresentou, noticiou que foi 163 empossada no dia 17 de novembro de 2021 e que o seu mandato é concluído em novembro de 2023. 164 Discorreu que houve alta evasão de adolescentes no Ceará, que estão realizando as conferências e 165 que participa das reuniões do CEDCA. Com a palavra, o Adolescente Arthur da Silva Campos se 166 apresentou, comunicou que no seu município houve conferência, que no dia 29 de agosto desse mês 167 ocorrerá a conferência estadual, que participou de várias reuniões e agradeceu a todos. A 168 Adolescente Maria Rita Lemos Resende se apresentou, relatou o seu histórico no CPA, ponderou 169 que espera que surjam outros representantes do Piauí que sejam apaixonados pela causa e finalizou 170 agradecendo a todos. A Sra. Maria Izabel da Silva discorreu sobre a logística para o transporte de 171 adolescentes, salientou a importância da participação dos adolescentes, histórico da aprovação do 172 CPA e explicou que dois adolescentes que foram representantes do CPA de Alagoas assumiram 173 como conselheiros do estado. O Conselheiro Diego Bezerra Alves questionou se será o último 174 ponto de pauta da manhã e a Conselheira Maria Luiza Moura Oliveira afirmou. Logo após, foi 175 iniciada a apresentação do Projeto Inspire pelo Sr. Lucas José Ramos Lopes. O Sr. Lucas José 7 176 Ramos Lopes saudou a todos, se autodescreveu, justificou a sua ausência de forma presencial, 177 arrazoou sobre a Coalizão Brasileira, a causa, declarou que pode disponibilizar o vídeo 178 institucional, discorreu sobre o advocacy, diagnóstico e teoria de mudança. Relembrou que no dia 179 16 de maio o ministro Silvío Almeida renovou o compromisso com a Parceria Global pelo Fim da 180 Violência contra Crianças e Adolescentes. Enfatizou a importância da renovação, explanou sobre o 181 Projeto INSPIRE, a magnitude da violência, a apresentação de um quadro sobre o tipo de violência 182 por faixa etária afetada, causas fundamentais, estratégias do projeto, componentes, critérios de 183 inclusão, critérios para modelos de intervenção, intervenções promissoras, práticas prudentes, 184 pacote técnico, implementação e vigilância do cumprimento de leis, efeitos potenciais da 185 implementação e vigilância do cumprimento das leis na redução de violência contra as drogas, da 186 segurança do ambiente sobre a redução da violência contra crianças, pais, mães e cuidadores, de 187 apoio aos pais, mães e cuidadores sobre a redução da violência contra crianças, do empoderamento 188 econômico das famílias sobre a redução de violência contra crianças, respostas de serviços de 189 atenção e apoio, da oferta de serviços de apoio clínicos, terapêuticos e de justiça criminal sobre a 190 redução da violência contra crianças, educação e habilidades para a vida, da educação e de 191 habilidades para a vida sobre a redução da violência contra crianças, evidências, normas e valores, 192 da mudança de normas e valores na redução da violência contra crianças, incremento de renda e 193 fortalecimento econômico, formação de habilidades sociais e para a vida, trilha para adaptar e 194 implementar o INSPIRE, propostas, implementação do INSPIRE, Plano Decenal, prevenção na 195 legislação orçamentária, recomendações ao PL 4/2023, Plano Plurianual – PPA 2024 – 2027, 196 análises de interseções de Planos temáticos, 10 experiências brasileiras de prevenção. A 197 Conselheira Maria Luiza Moura Oliveira agradeceu. A Conselheira Débora de Carvalho Vigevani 198 ressaltou a importância do assunto para o Conanda e para o governo, pontuou que as estratégias 199 globais serão importantes para auxiliar no Plano Decenal e em outros planos. Ressaltou a 200 importância do ministro renovar com a estratégia e divulgar o material para ser considerado nas 201 políticas de cada pasta. A Conselheira Dayse César Franco Bernardi agradeceu a participação do Sr. 202 Lucas José Ramos Lopes, destacou que a prevenção da violência e a promoção dos direitos 203 fundamentais precisam ser incluídas no PPA para realizar mudanças. Discorreu sobre as violências 204 do ponto de vista institucional e contra as escolas. Relembrou que os Planos Decenais estavam 205 parados e que seus objetivos e metas não foram cumpridos, como o Plano Nacional de Convivência 206 Familiar e Comunitária que foi retomado com o governo. Complementou que fizeram a avaliação 8 207 do Plano com a sociedade civil e com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, 208 Família e Combate à Fome, sendo algo fundamental para o Conanda acompanhar. Parabenizou a 209 apresentação e ressaltou a importância do Conanda. A Conselheira Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira 210 agradeceu ao Sr. Lucas José Ramos Lopes pelo suporte, questionou quais termos entrariam em 211 ação, relatou que em reunião anterior foram discutidas algumas questões como o descrédito da rede 212 de proteção, alienação parental e falsas memórias que reforçaram a situação de violência. 213 Argumentou que a violência existe de forma equânime para meninas e meninos, que rituais de 214 masculinidade são naturalizados, que é necessário investir em pesquisa sem estar vinculada a 215 determinada universidade. Relatou algumas parcerias para pesquisas, destacou a importância da 216 pesquisa, discorreu sobre as universidades principalmente privadas venderem cursos expressos de 217 pseudoconceitos científicos, relatou caso de falsa memória. Com a palavra, o Adolescente Igor 218 Gabriel Silva Apolinário parabenizou a apresentação, ponderou que a pauta é fundamental para os 219 adolescentes de todos os estados. Depois foi ressaltado que ao abordar a alienação parental, é 220 necessário destacar a importância do sistema de garantia de direitos, verificar qual é a política de 221 investimento para solidificar o sistema de garantia de direitos nos seus eixos de promoção, defesa e 222 controle social e priorizar o orçamento. Foi sugerido que o Conanda apresente uma tese no sentido 223 de um orçamento para a criança ser uma obrigação prioritária do país. Logo em seguida, a 224 Conselheira Maria Luiza Moura Oliveira parabenizou a apresentação, arrazoou sobre importância 225 de fazer pactuações globais, que a apresentação demonstra uma síntese do que são as violências, 226 ponderou que estão diante de um grande desafio, visto que o ECA é um marco na sociedade. 227 Argumentou que a violência é democrática e multicausal, que é uma produção humana e que está 228 presente na vida de muitas pessoas, sendo necessário refletir o assunto. Complementou que 229 necessário participar com maior frequência das discussões no Parlamento, pois existem propostas 230 relacionadas as violências, destacou que a escola está sendo colocada como um espaço perigoso, e 231 que o diálogo é essencial. O Sr. Lucas José Ramos Lopes agradeceu a presença, se colocou a 232 disposição e sugeriu como encaminhamentos ao Conanda: a articulação dos conselheiros 233 governamentais com a ASPAR do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e da Secretaria 234 Nacional para conhecer as recomendações do PL nº 4 de 2023, PLDO 2024 e alinhar as emendas 235 relacionadas ao ministério. Alegou que deve ser feita uma audiência pública, todavia o desenho não 236 foi elaborado e que deve ocorrer na Comissão Mista de Orçamento. Sugeriu que o Conanda apoie 237 publicamente as emendas orçamentárias para ter uma mobilização, emitir uma carta ou outro meio 9 238 de articulação. Declarou que o PPA é participativo, que o apoio foi divulgado e pode ser solicitado. 239 A Conselheira Maria Luiza Moura Oliveira agradeceu e passou para a Conselheira Marta Volpi para 240 verificar a nota de apoio e a solicitação de celeridade na aprovação do PL 3.026/2022. A 241 Conselheira Marta Volpi declarou que a Conselheira Débora de Carvalho Vigevani elaborou e ela 242 somente atualizou. Após a leitura da nota, foi ressaltada que a nota foi baseada em nota anterior. 243 Iniciada a votação, a nota foi aprovada por unanimidade. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger 244 informou que contactou a assessoria do senador e foi informado que todos estão na arguição e que 245 não há certeza quanto ao cumprimento da pauta amanhã, pois estão priorizando a arguição e o 246 arcabouço fiscal. Complementou que contactou a ASPAR do Ministério pelo Conanda, que estavam 247 também no Senado e sugeriu o encaminhamento da nota para todos, inclusive para o autor inicial da 248 ação. Depois, o Conselheiro Bruno Wrýpätwir Kanela justificou a sua ausência e de sua suplente no 249 dia seguinte à tarde. A Conselheira Maria Luiza Moura Oliveira agradeceu a todos e declarou 250 encerrada a

reunião. Tarde: A Conselheira Maria Luiza Moura Oliveira iniciou a reunião 251 cumprimentando a todos e passou a palavra para o Conselheiro Sérgio Eduardo Marques da Rocha 252 para a Apresentação dos Resultados da Pesquisa sobre a Situação e acesso a Direitos de Crianças, 253 Adolescentes e Jovens em Cuidados Alternativos no Brasil (Aldeias Infantis SOS Brasil). O 254 Conselheiro Sérgio Eduardo Marques da Rocha saudou a todos e convidou o coordenador da 255 pesquisa José Carlos para a apresentação. O Conselheiro Sérgio Eduardo Marques da Rocha relatou 256 que a pesquisa foi realizada em novembro de 2022 a março de 2023, discorreu sobre o relatório, 257 metodologia, objetivos da pesquisa, instrumentos de pesquisa, banco de dados, resposta, grupo focal 258 e importância da organização. Adicionou que serão entregues alguns exemplares, que na próxima 259 plenária serão encaminhados outros exemplares aos conselheiros, que a pesquisa será lançada no dia 260 02 de agosto em São Paulo com a publicação completa da pesquisa. O Sr. José Carlos saudou a 261 todos, se autodescreveu, relatou o seu histórico do Conanda, sobre o relatório Vozes (in)escutadas e 262 rompimento de vínculos: pesquisa sobre crianças e adolescentes em cuidados alternativos, 263 juventude egressa e risco a perda de cuidado parental no Brasil, sobre o apoio do CONGEMAS, 264 MNPCFC e NECA, metodologia, objetivos de pesquisa, pesquisa para os serviços de cuidados 265 alternativos, instrumentos de pesquisa quantitativos, perfil de egressos/as de serviços de 266 acolhimento, banco de dados, instrumentos de pesquisa qualitativos, panorama da pesquisa 267 qualitativa, entrevistas com atores estratégicos do SGDC, capítulo 1 da pesquisa – Direito à 268 Convivência Familiar e Comunitária: contexto brasileiro, marco legal e políticas públicas, capítulo 10 269 2 – Cuidados Alternativos e perda do cuidado parental no Brasil: perspectivas de agentes do Estado, 270 serviços ofertados pelos serviços de cuidados alternativos respondentes por macrorregiões 271 brasileiras. Explanou que o regime familiar não foi alcançado, discorreu que muitos abrigos de 272 pequeno porte são considerados casas-lares, sobre pesquisa relacionada a situação de acesso a 273 direitos de crianças, adolescentes e jovens com cuidados alternativos no Brasil, serviços em que 274 ocorreram acolhimentos devido à pandemia de COVID-19, condicionantes para acolhimento e 275 perfil das famílias na percepção de profissionais do SGDC, capítulo 3 – crianças, adolescentes e 276 jovens em cuidados alternativos no Brasil: perfis, acesso a direitos e percepções, distribuição de 277 acolhidos/as por faixa de idade e serviço (percentual), distribuição do perfil por sexo, por cor/raça, 278 tempo total em que crianças e adolescentes estão no serviço, dados estatísticos sobre crianças e 279 adolescentes há mais de 5 anos em serviços de acolhimento, percepções de aspectos positivos no 280 serviço de acolhimento, sobre o que gostariam de mudar no serviço de acolhimento quanto a 281 disciplina interna na casa, controle sobre as saídas, os laços familiares e comunitários, relacional, 282 crítica ao espaço físico, maiores preocupações, capítulo 4 – risco de ruptura de vínculos parentais e 283 juventude egressa de serviços de cuidados alternativos, risco da perda de cuidados parentais, 284 juventude egressa de cuidados alternativos, distribuição dos/as egressos/as participantes da pesquisa 285 por cor/raça e região, por idade declarada ao ingressarem em cuidados alternativos pela primeira 286 vez, por tempo de acolhimento, juventude egressa e educação, juventude egressa e apoio depois da 287 saída, juventude egressa e quem mais ajudou na transição para a vida adulta. Afirmou que o 288 relatório será enviado, que os representantes do sistema de garantia de direitos trouxeram dados 289 interessantes e houve o sentimento de pouca escuta e que quando é escutado, o relato não é 290 utilizado. A Conselheira Maria Luiza Moura Oliveira parabenizou o trabalho, salientou a 291 importância da escuta, sugeriu iniciar o relato da COF e discutir a pesquisa posteriormente, após a 292 leitura do relatório. Todos concordaram. Foi reforçado a necessidade de ampliar o acolhimento em 293 Família Acolhedora no Brasil e fortalecer a política pública. Foi lembrado que o conselho 294 promoverá uma apresentação para fortalecer essa política pública. Depois, o Sr. Cláudio Augusto 295 cumprimentou a todos. A Conselheira Maria Luiza Moura Oliveira esclareceu que o relato da COF 296 será feito até a chegada do ministro e continuará posteriormente. Na sequência, o Conselheiro 297 Edmundo Ribeiro Kroger iniciou o relato da COF. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger 298 explanou que a COF recebeu reforços, se reuniram no dia 12 de junho, com pauta o PL nº 299 4144/2019 sobre a dedução do imposto de renda no modelo simples, o PL nº 10433 - 3026, que está 11 300 no Senado e recebeu outro número, o Plano de Aplicação, que foi feita uma pequena proposta de 301 alteração, edital de projeto e indicação de membros para a Comissão de Monitoramento e 302 Avaliação. Foi lido o relato e informado como encaminhamentos: acompanhar reunião da CDHAP 303 – PL 3026 – Senado; encaminhar para CDHAP discutir sobre o PL 4144/19; Encaminhar proposta 304 de modificação na forma de execução do PA; Encaminhar minuta de Edital para integrantes da 305 COF; Apresentar Resolução de comissões de seleção e de monitoramento; Propor que cada 306 Comissão apresente dois nomes para a Comissão de Seleção e dois nomes para a comissão de 307 Monitoramento, esta última com a responsabilidade de acompanhar todos os projetos apoiados pelo 308 Fundo. Explicou que foi debatido as formas de financiamento, que as comissões apresentaram as 309 suas propostas e as formas de execução, que foi constatado que a maioria seria realizada por edital, 310 e após a análise de algumas comissões, foi discutido que poderiam ser realizadas de outras formas. 311 Relatou que a comissão propôs que fossem analisadas e alteradas as formas de execução e a 312 manutenção por edital do Plano Decenal e a proposta de fortalecimento da sociedade civil. 313 Esclareceu que a forma de execução da avaliação e da elaboração do Plano Decenal foi definida por 314 edital no valor de R\$ 1.000.000,00, o diagnóstico nacional sobre as crianças e adolescentes de 315 povos e comunidades tradicionais por TED no valor de R\$ 300.000,00, elaboração de manual para a aplicação e disseminação das Resoluções n o 316 91/2003, nº 181/2016 e nº 214/2018 do Conanda por 317 PRODOC no valor de R\$ 300.000,00, levantamento de proposições legislativas por PRODOC no 318 valor de R\$ 360.000,00, criação ou fortalecimento da democracia participativa e de organização da 319 sociedade civil de cada unidade da federação, colhendo contribuições para formação de uma 320 política nacional de participação e controle social de crianças e adolescentes por edital no valor de 321 R\$ 2.000.000,00, o diagnóstico nacional sobre as crianças e adolescentes LGBTQIA+ por 322 PRODOC no valor de R\$ 600.000,00, criação ou fortalecimento das escolas de conselhos por TED 323 ou convênio no valor de 2.500.000,00, avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Trabalho 324 Infantil por TED ou convênio no valor de R\$ 200.000,00, avaliação e elaboração do Plano de 325 Enfrentamento a Violência Sexual Contra Criança e Adolescente por TED ou convênio no valor de 326 R\$ 500.000,00, diagnóstico nacional sobre as crianças e adolescentes em situação de rua por TED 327 ou convênio no valor de R\$ 600.000,00, avaliação e elaboração do Plano Decenal do SINASE por 328 TED ou convênio no valor de R\$ 1.000.000,00, realização de eventos estratégicos na estrutura da 329 SNDCA, em parceria com o Conanda por PRODOC no valor de R\$ 300.000,00, garantia de 330 computadores para o CPA, provisionamento de recursos para garantir o pacote de dados de internet 12 331 de forma continuada e a realização da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do 332 Adolescente por licitação no valor de R\$ 6.500.000,00. O Conselheiro Diego Bezerra Alves 333 parabenizou o trabalho e questionou sobre o valor adicional. O Conselheiro Edmundo Ribeiro 334 Kroger confirmou que existe o valor adicional e informou que foi aprovado quanto ao PRODOC, 335 mas desconhece as áreas. A Conselheira Débora de Carvalho Vigevani questionou se o edital do do 336 Plano Decenal teria critérios rigorosos para avaliação, como as avaliações regionais. O Conselheiro 337 Edmundo Ribeiro Kroger confirmou e alegou que o assunto pode ser resolvido com o termo

de 338 referência. Foi concordado. A Sra. Daniela Maria Amoroso questionou como ocorrerá a escolha das 339 universidades no caso das propostas por TED ou convênio. O Conselheiro Edmundo Ribeiro 340 Kroger esclareceu que o TED pode ocorrer somente entre entes federais. Foi questionado se seria 341 aberta uma encomenda neste caso e foi confirmado. O Conselheiro Elói Gallon questionou se os 342 pacotes de dados e os computadores seriam para os adolescentes e se foi previsto a manutenção dos 343 equipamentos. Foi esclarecido não foi discutido o assunto. O Conselheiro Diego Bezerra Alves 344 respondeu que para agilizar o processo, estão sendo escolhidas universidades experientes no 345 processo, que o TED é relacionado aos órgãos federais e o convênio aos órgãos estaduais. Foi 346 questionado qual foi o critério para definir o Plano Decenal por edital e outros planos por TED ou 347 PRODOC. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger respondeu que foi analisada a amplitude do 348 Plano Decenal, sendo importante a participação da sociedade civil no processo para possibilitar um 349 grande debate e mais fácil para a sociedade civil do que para entes governamentais. Foi destacado 350 que o edital demora mais tempo e que por isso a execução será em outros formatos para outras 351 linhas. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger argumentou que a participação foi privilegiada. 352 Arrazou que foi estorcedor o que ocorreu no Plano Decenal anterior, relatou casos específicos e 353 pontuou que através de edital haverá maior participação e que o Conanda pode avaliar com mais 354 precisão a forma de execução. Destacou que muitos estados não possuem documentos em dia, não 355 sendo a diferença de velocidade tão grande. Em seguida, foi passada a palavra para o Ministro 356 Silvío Almeida. O Ministro Silvío Almeida saudou a todos, agradeceu o compromisso de todos, 357 destacou a importância do Ministério e do Conanda, refletiu sobre a formação do novo Plano 358 Plurianual, sendo uma das três peças orçamentárias fundamentais e definirá as prioridades 359 orçamentárias. Asseverou é necessário recursos para fazer políticas direcionadas as crianças e aos 360 adolescentes. Esclareceu que o plano será realizado com a participação popular e que os ministérios 361 têm em seus sites com os principais projetos cadastrados. Ponderou que o conselho tem uma 13 362 representatividade imensa, que o Conanda deve ser priorizado, bem como o ministério. Solicitou o 363 auxílio para garantir uma ampla participação da sociedade civil para a votação nos projetos 364 relacionados. Considerou o Conanda uma peça central na política de promoção de direitos humanos 365 das crianças e adolescentes do Brasil, arrazou que existem diversas violações e que deve ser 366 pensado em como poderia estabelecer em nome da proteção da infância e da juventude atos 367 administrativos, resoluções e itens relacionados que possam impor algum limite as ações das 368 empresas que violam os direitos humanos. Pontuou que possuem papel importante na educação e na 369 proteção e a regulamentação pode ser um exercício. Ato seguinte, foi iniciada a votação do Sr. 370 Cláudio Augusto Vieira da Silva como Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e 371 do Adolescente. Iniciada a votação, a foi aprovado por unanimidade a eleição do Sr. Cláudio 372 Augusto Vieira da Silva como Presidente. A Conselheira Maria Luiza Moura Oliveira agradeceu a 373 presença do Ministro Silvío Almeida. Depois, a Conselheira Marina de Pol Poniwas parabenizou a 374 nomeação do Sr. Cláudio Augusto Vieira da Silva como presidente. O Presidente Cláudio Augusto 375 Vieira da Silva agradeceu, discorreu sobre o seu histórico no Conanda, lembrou o artigo na 376 Constituição relacionado a área, ressaltou a importância do Conanda, da paridade, do Fundo 377 Nacional da Infância, arrazou que é necessário aprofundar as ações intersetoriais, articular as 378 redes. Discorreu sobre as situações de violências entre os jovens, sendo necessário regular as 379 empresas que lucram dinheiro com os discursos de ataques violentos através das ferramentas de 380 tecnologia. Destacou a importância do estatuto e da luta pelos direitos e agradeceu a todos. 381 Retomada a discussão sobre o Plano Decenal, a Conselheira Débora de Carvalho Vigevani sugeriu 382 verificar a posição de outros conselheiros, pois todos os planos precisam da participação de todos. 383 Foi destacado que todos os planos devem ser participativos. Depois, foi solicitado esclarecimento 384 quanto ao assunto. Foi questionado qual organização poderia fazer o trabalho sem ter conflito de 385 interesses, sendo importante ser direcionado por um órgão governamental. Foi concordado com a 386 sugestão do plano ser direcionado por uma organização governamental. Foi sugerido uma 387 organização se responsabilizar por planos setoriais que possuem articulação com temas específicos 388 do Plano Nacional. O Sr. Ricardo Washington Moraes de Melo pontuou que vários estados 389 possuem experiências com consultorias para avaliar o Plano Decenal, citou o exemplo da FLACSO, 390 ponderou que o melhor caminho é o edital para ter a participação de todos e atender a todos os 391 eixos. Asseverou que a execução de recursos sairia no ano seguinte, que a metodologia será 392 definida e que por edital podem ser avaliadas as propostas e a metodologia. Argumentou que a 14 393 organização externa terá que contribuir com o produto. Depois foi destacada a importância do Plano 394 Decenal e que ao utilizar o edital, existe o risco de avaliar os outros planos antes do Plano Decenal. 395 O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger afirmou que o edital é a forma mais democrática de 396 executar recurso público, lembrou o princípio da Lei nº 13.019, destacou que o processo de 397 execução desse ministério é baixo e que existiu o recurso de 120 milhões que não podia ser 398 utilizado, sendo considerada uma violência contra criança e adolescentes. Asseverou que é 399 necessário fazer o processo de forma mais rápida, que a COF está defendendo duas linhas por edital 400 e as outras por outras formas. Declarou que historicamente os planos são feitos com a sociedade 401 civil. Com a palavra, o Conselheiro Danyel Lório de Lima ponderou que o convênio é a pior forma, 402 que o TED é a forma mais rápida e tem parceiro mobilizado, que para as demais linhas foi 403 destacado que existem parceiros mobilizados e se não tem parceiro mobilizado, não é possível 404 definir qual método é melhor. Afirmou que o edital é a única forma de se relacionar com as 405 organizações da sociedade civil, que é necessário procurar parceiro mobilizado no TED para ser 406 seguro e que o edital é mais moroso. Lembrou que, assinado o termo de colaboração, os recursos 407 são empenhados, o repasse financeiro é feito e que quando as universidades estão relacionadas, 408 precisam ter os contratos e demais documentos. Adicionou que eventuais contornos do processo 409 estarão no projeto e que podem ser colocados no edital os critérios e que no TED deve ser colocado 410 em um plano. Foi agradecido o esclarecimento, questionado se no caso dos planos setoriais por 411 TED ou convênio poderia ser por sociedade civil e se por edital poderia ter um parceiro de órgão 412 público. Foi destacado que deve haver um espaço seguro para discussão. O Conselheiro Edmundo 413 Ribeiro Kroger sugeriu a mesa encaminhar a proposta da COF. Foi questionado se foi trocada a 414 forma de execução do Plano Decenal por TED. Depois foi sugerido o plano ser feito por uma 415 entidade pública e de forma mais célere. Foi enfatizado que o restante do Plano foi considerado 416 aprovado. Foi questionado se não pode ser avaliadas as duas opções, considerando as observações e 417 ser selecionada a que atender mais rapidamente. Foi destacado que deve ser colocado um edital de 418 forma mais rápida. O Conselheiro Danyel Lório de Lima salientou que isso deve ser feito de forma 419 rápida, pois existem prazos mínimos legais. Explanou que geralmente os editais publicados nesse 420 período são empenhados em dezembro, portanto o edital pode ser prejudicado por questão de 421 tempo. Foi questionado o porquê o edital não pode ser realizado, visto que existe um cronograma 422 apropriado e o assunto está sendo discutido, sendo mais rápido verificar um órgão público, agenda 423 com o IPEA e aprovar a proposta inicial. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger ponderou que ao 15 424 decidir por duas linhas, o edital não pode ser lançado amanhã, que existe a proposta para lançar o 425 edital no dia 03 de julho e para

isso ocorrer, teria que ser aprovado hoje. Adicionou que o edital 426 proposto seria lançado no dia 03 de julho, o envio pelas OSC's ocorreria até 4 de agosto, a etapa 427 competitiva para a comissão analisar de 7 a 21 de agosto, a divulgação do resultado preliminar em 8 a 25 de setembro, interposição de recursos até 18 de setembro, análise dos recursos da comissão de 429 seleção entre os dias 19 e 25 de setembro, homologação e publicação dos resultados entre 26 de setembro e 03 de outubro. Foi esclarecido que o termo de referência seria depois e que não é o 431 momento para empenhar recursos. Foi destacado a dificuldade de cumprir o prazo pois teria que 432 entrar na fila da Conjur, não sendo uma data factível e que em novembro pode recurso ser extinto. 433 Foi questionado se nesse caso o recurso seria colocado em outra linha e não seria feita a avaliação 434 do Plano Decenal. Foi esclarecido que seria procurada uma alternativa com outras formas de 435 execução. O Conselheiro Sérgio Eduardo Marques da Rocha argumentou que, se o TED não tem 436 órgão público e o edital não tem celeridade, deve ser feita uma escolha. O Conselheiro Diego 437 Bezerra Alves propôs votar os outros itens e decidir quanto a forma de execução do Plano Decenal 438 após a apresentação do edital. Todos concordaram. Iniciada a votação do plano de aplicação da 439 COF com exceção da forma de execução do Plano Decenal, houve duas abstenções e a ampla 440 maioria a favor. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger sugeriu apresentar alguns tópicos, e todos 441 concordaram. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger explicou que foi utilizado o escopo do edital 442 anterior e leu o edital. Argumentou que se for alterado o Plano Decenal será retirado do texto o item 443 2.1., que a comissão de seleção é soberana e não pode apresentar projetos, que na comissão haverá 444 4 membros da sociedade civil e 4 membros do governo e o cronograma pode ser alterado. Discorreu 445 sobre o SICONV e esclareceu que existem vários anexos. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da 446 Silva esclareceu que aprovando o edital nesse momento do Plano Decenal, se continua no caminho 447 do edital, e se tiver problema de execução do calendário, seria procurada uma segunda alternativa 448 diferente do edital, que seriam órgãos públicos federais ou entidades de cooperação internacional e 449 que podem ser feitos dois editais independentes para linhas diferentes. O Conselheiro Edmundo 450 Ribeiro Kroger concordou e questionou se seria a mesma comissão para os dois editais. Foi 451 concordado. Foi questionado se pode ser consultado os órgãos sugeridos. Foi concordado. Iniciada 452 a votação sobre o edital apresentado e como segunda alternativa órgãos públicos federais e órgãos 453 de cooperação internacional, a proposta foi aprovada por unanimidade. Ato seguinte, foi 454 apresentada sobre a minuta da resolução da Comissão de Seleção. Foram definidos como 16 455 representantes para a comissão de seleção Edmundo Ribeiro Kroger (sociedade civil) e Danyl Lório 456 de Lima (governo) da Comissão de Orçamento e Finanças, Dayse César Franco Bernardi (sociedade 457 civil) e Laís Gabriele Weber (governo) da Comissão de Políticas Públicas, Elói Gallon (sociedade 458 civil) e Diego Bezerra Alves (governo) da Comissão de Mobilização e Formação, Deila do 459 Nascimento Martins Cavalcanti (sociedade civil) e Bruno Wrýpätwir Kanela (governo) da 460 Comissão de Direitos e Ação Parlamentar. O Conselheiro Diego Bezerra Alves ponderou que deve 461 ter um titular e um suplente e colocar o nome da entidade, não da pessoa e citou o artigo 5º da 462 Resolução nº 182. O Sr. Ricardo Washington Moraes de Melo questionou se a titularidade e a 463 suplência estão sendo indicadas dentro de cada comissão. Foi esclarecido que devem ser definidos 464 os titulares e suplentes. Foi sugerido colocar o nome da entidade e da pessoa. O Conselheiro Diego 465 Bezerra Alves cientificou que seria um titular e um suplente por comissão e no caso de haver 466 representantes da mesma linha, devem ser trocados para garantir a paridade. Foi questionado se 467 existe impedimento para haver dois titulares ou dois suplentes em cada comissão. O Conselheiro 468 Diego Bezerra Alves respondeu que não há impedimento, mas contraria a resolução nº 182. Foi lida 469 a resolução. Foi sugerido os coordenadores das comissões como titulares. Foi ajustado para: I. 470 Comissão de Orçamento e Finanças: Titular Edmundo Ribeiro Kroger e Suplente Danyl Lório de 471 Lima; II. Comissão de Políticas Públicas: Titular Dayse César Franco Bernardi e Suplente Laís 472 Gabriele Weber; III. Comissão de Mobilização e Formação: Titular Diego Bezerra Alves e Suplente 473 Elói Gallon; IV. Comissão de Direitos e Ação Parlamentar: Titular Bruno Wrýpätwir Kanela e 474 Suplente Deila do Nascimento Martins Cavalcanti. Iniciada a votação, foi aprovada por 475 unanimidade. Na sequência, foi iniciado o relato da CMF. Foi relatado as pautas da reunião 476 realizada em 13 de junho, compostas pelo evento de 33 anos do Estatuto, Resolução nº 199 477 atualizada, Encontro Nacional de Adolescentes (FLACSO), Projeto de comunicação do Conanda e 478 Portaria de Aprendizagem Profissional. Ademais, foi informado os participantes da reunião. O 479 Conselheiro Elói Gallon relatou que consideraram importante o evento na rua, mas entenderam que 480 não é possível fazer um movimento de grande mobilização com 50 adolescentes, podendo ser feito 481 em outro momento, sendo a proposta da CMF concentrar forças no evento do Palácio do Planalto e 482 destacar projetos. Adicionou que o Conselheiro Paulo se comprometeu a apresentar uma proposta 483 de comunicação via podcast para a apreciação dos conselheiros e quanto a Portaria de 484 Aprendizagem Profissional, declarou que deve ser incluída no Conanda. A Conselheira Tatiana 485 Augusto Furtado Gomes destacou que o Ministério do Trabalho e Emprego está discutindo o 17 486 assunto e que deve ser debatido no Conanda. Esclareceu que se abriu para uma possível consulta 487 pública para a alteração da portaria, sendo um assunto importante a ser discutido com a presença de 488 adolescentes, e a proposta é retornar com a discussão na CPP. Declarou que foi criado um grupo de 489 trabalho para analisar as contribuições e não sabe informar se o Conanda foi convocado. Foi 490 destacado que deveria ser encaminhado formalmente à CPP para discussão. A Adolescente Maria 491 Gabriela Pereira da Costa discorreu sobre as reuniões virtuais por grupos sobre os 33 anos do ECA, 492 onde se está sendo realizado um trabalho sobre conhecer histórias e personalidades ligadas ao ECA, 493 para analisar o histórico. O Adolescente Arthur da Silva Campos informou que o nome do Grupo 1 494 é: "reconstruindo o ECA". Explanou que estão pesquisando personalidades que auxiliaram na 495 construção do ECA. O Adolescente Igor Gabriel Silva Apolinário discorreu sobre os adolescentes 496 que participaram do CPA e são conselheiros do CEDCA, que o grupo 2 que participa com a 497 Adolescente Maria Rita Lemos Resende é denominado "Onde estão os direitos da criança e do 498 adolescente". Relatou caso de violência sexual, depois complementou que foram feitas reuniões 499 virtuais e um grupo para dividir as tarefas de todos. A Adolescente Maria Rita Lemos Resende 500 explanou que a primeira entrega do grupo foi realizada no dia 12 de junho, onde foi feito um slide 501 em formato de vídeo, que estão com calendário e quanto ao grupo 3 relatou que não participa, mas 502 observou a publicação de muitas postagens, como a contagem regressiva. Foi relatado o 503 encaminhamento dos adolescentes e da comissão e que deve contatado o Ministério do Trabalho. 504 Foi solicitado um esclarecimento sobre o encontro de adolescentes. A Sra. Maria Izabel da Silva 505 explicou que foi feito no dia 30 de maio uma reunião com os pais e representantes de instituições 506 com adolescentes do CPA e foi apontado os trabalhos que os adolescentes estão fazendo. Foi 507 destacado que muitos adultos solicitaram a participação no encontro na condição de acompanhante 508 dos adolescentes, inclusive adolescentes que vieram sozinhos nas reuniões. Adicionou que os 509 conselhos estaduais estão se organizando para custear e que foi discutido o assunto com a CMF, 510 pois no evento anterior foi necessário fazer dois eventos: um para os adolescentes e outro para os 511 adultos. Ressaltou que o evento é para os adolescentes, a importância de definir os conselheiros que 512 acompanham as atividades do CPA e que os adultos,



os conselheiros definidos que acompanharão a 513 equipe, o presidente, a vice-presidente e parceiros da FLACSO podem aparecer no momento da 514 abertura e Solenidade do Estatuto da Criança e do Adolescente. Iniciada a votação, todos aprovaram 515 por unanimidade o relato da CMF. Assim, o primeiro dia de reunião da 315ª Assembleia Ordinária 516 do Conanda foi encerrado. 18 517 22/06/2023 – Abertura da 315ª Assembleia do Conanda: O Presidente Cláudio Augusto Vieira 518 da Silva iniciou a reunião cumprimentando a todos, em seguida leu a pauta do dia, composta por: 519 Dia 22/06/2023: 9h às 9h30 – Abertura da 315ª Assembleia do Conanda; 9h30 às 10h – Orfandade; 520 10h às 10h30 – Coalizão pela Socioeducação; 10h30 às 11h15 – Relato da Comissão Permanente de 521 Política Pública - CPP; 11h15 às 12h – Relato da Comissão Permanente de Ações Parlamentares - 522 CDHAP; 12h às 14h – Intervalo Almoço; 14h às 15h – Apresentação do Projeto Vira Vida; 15h às 523 16h – Relato da Comissão Organizadora da 12ª CNDCA; 16h30 às 17h – Apresentação e aprovação 524 de Recomendação do Trabalho Infantil; 17h – Encaminhamentos; 17h15 – Encerramento. O 525 Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva relembrou que às 10h um grupo comparecerá no 526 Senado. Depois todos aprovaram a ordem da pauta. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva 527 explicou que houve uma comissão na CIT e um pedido de em conjunto com o CNAS da realização 528 de uma orientação aos adolescentes afetados por violência, em que a rede deve considerar as 529 pessoas que sofrem violência por pessoas que se aproveitam de ferramentas digitais para praticar a 530 violência e divulgar que a escola é um lugar perigoso. Foi sugerido fazer um grupo de trabalho do 531 CNAS com o Conanda para discutir a questão e criar uma orientação com a aprovação dos dois 532 órgãos. A Conselheira Fabiane Macedo Borges concordou com a proposta e salientou que deve ser 533 investido em prevenção no âmbito da assistência social, uma grande mobilização do CRAS e 534 envolver o CNAS. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva concordou. A Conselheira Marina 535 de Pol Poniwas concordou, enfatizou que devem ser investidas em políticas de prevenção e 536 proteção a orfandade e práticas de cuidado e a importância do direito a memória e a verdade. 537 Adicionou que será realizado um Seminário sobre orfandade para comemorar os 33 anos do ECA 538 que ocorrerá em 10 de julho no Conselho Federal de Psicologia e convidou a todos. O Conselheiro 539 Sérgio Eduardo Marques da Rocha salientou que as Aldeias Infantis participam da Coalizão de 540 Orfandade de Direitos e lutam pelos direitos dos órfãos e se colocou à disposição para a discussão. 541 Depois, foi destacado debates com a Coalizão. A Conselheira Marta Volpi se colocou à disposição e 542 declarou que a ABRINQ participou da discussão. O Conselheiro Diego Bezerra Alves destacou que 543 estão discutindo sobre a orfandade e com o CNAS sobre a violência nas escolas, sendo necessário 544 debater as duas e sugeriu uma resolução do conselho sobre orfandade. Apoiou a criação do grupo. O 545 Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva cientificou que serão convidados o CNAS e as 546 organizações que se colocaram à disposição para participar, que possuem como representantes os 547 conselheiros Marina de Pol Poniwas, Sérgio Eduardo Marques da Rocha, Marta Volpi e Fabiane 19 548 Macedo Borges. Foi salientado que existe um GT de escola. Foi esclarecido que o GT está somente 549 no Conanda. Foi sugerido aproveitar o GT de escola com o CNAS e CPA para discutir a violência 550 na escola. O Sr. Ricardo Washington Moraes de Melo asseverou que o Fórum DCA se coloca a 551 disposição para o diálogo. Destacou a importância de discutir o assunto, ressaltou que a OAB fez 552 diversos debates e sugeriu convidar o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para a 553 discussão. O Conselheiro Antônio Lacerda Souto afirmou que a CONTAG participa do Fórum 554 Nacional da Educação e do Fórum Nacional da Educação no Campo e que estão participando da 555 consulta pública do Novo Ensino Médio, que devem discutir a ABNCC, relacionado aos currículos 556 da escola e se colocou a disposição. A Conselheira Marta Volpi questionou se será um GT para 557 orfandade e outro para a violência nas escolas. Foi confirmado. O Presidente Cláudio Augusto 558 Vieira da Silva esclareceu que a sugestão é que o GT violência nas escolas amplie o seu trabalho 559 com o CNAS e as organizações que se colocaram a disposição. Iniciada a votação, a proposta foi 560 aprovada por unanimidade. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva arrazoou que o primeiro 561 passo será organizar o calendário com o CNAS e com as organizações e o outro trabalho continuará 562 somente no Conanda. Complementou que poderá contribuir com o GT e destacou a importância da 563 discussão sobre o assunto. A Conselheira Fabiane Macedo Borges questionou se está sendo criado 564 um GT de orfandade na ótica da COVID-19. Foi negado e foi destacado que pode ser discutido na 565 pauta. Em seguida, a Sra. Thaisi Bauer iniciou a apresentação da Coalizão pela Socioeducação. 566 Anunciou que discorrerá sobre o PL 2446/2023, apresentado por Glauber Braga, que “Revoga a 567 oitiva/apresentação do Ministério Público em apuração de atos infracionais e altera o 568 interrogatório dos e das adolescentes no processo de apuração de atos infracionais”. Relatou que 569 se tem pautado a possibilidade de ser ouvido pelo Ministério Público sem a presença da defesa e o 570 adolescente ser ouvido no final do processo. Solicitou um parecer do Conanda a favor do projeto, 571 discorreu sobre o projeto nº 3387/2019, apresentado pelo Deputado Coronel Tadeu, explicou as 572 ações realizadas, inclusive a solicitação de uma audiência pública através da Deputada Erika Kokay 573 na Comissão de Direitos Humanos e Minorias e na CCJ, onde o Conanda foi indicado para o debate 574 e a audiência não foi marcada. Se colocou a disposição para informar quando for agendada. 575 Acrescentou que o encaminhamento seria de um parecer contrário do PL pelo Conanda e uma 576 resolução que pautar a profissão dos agentes socioeducativos. Quanto a privatização do sistema 577 socioeducativo, pontuou que trazem recomendação ao Conanda sobre a atuação em relação as 578 PPP's, o não enfraquecimento do princípio da incompletude institucional e atendimento transversal 20 579 pela rede pública de saúde de assistência social e de educação pelo fortalecimento dessas redes para 580 garantir que esses adolescentes tenham acesso a essa rede na sua totalidade e não percam a 581 convivência comunitária, a diminuição do tempo de gestão da empresa privada, a manutenção de 582 agentes socioeducativos em contato direto com os adolescentes e a necessidade de contratação 583 através de concurso público, respeito ao SINASE e os direitos e garantias estabelecidas nas normas 584 internacionais nas quais o Brasil é signatário, a transparência de dados e o monitoramento 585 sistemático sobre tortura, tratamentos cruéis e degradantes das unidades socioeducativas para que 586 não seja encaminhado para outros estados antes do levantamento de dados. A Sra. Daniele 587 Bellettato Nesrala explicou que o projeto-piloto foi estruturado em 2016, o Ministério Público foi 588 ao Supremo Tribunal Federal e solicitou uma parte da verba da lava-jato para o socioeducativo e 589 quando chegou na Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a verba foi 590 destinada ao projeto-piloto para a criação de três unidades socioeducativas com prazo de 30 anos. 591 Salientou que são unidades sem modelos existentes e com alta capacidade, em localidades rurais, 592 sem vinculação com redes de saúde, sem fornecimento de transporte público e sem contrato de 593 transporte para os familiares. Declarou que o projeto prevê a educação por parceiros privados, o que 594 contraria as normas do SINASE. Esclareceu que desde 2018, Minas Gerais não trabalha com déficit 595 de vagas. Discorreu sobre a ociosidade de vagas nas unidades, a falta de necessidade de aumento de 596 unidades, a instalação de unidades em locais sem sistemas de justiça, ineficiência ou ausência de 597 investimentos em meio aberto. Asseverou que os dados foram colocados na nota técnica, discorreu 598 sobre a possibilidade de exploração de mão de obra, delegação ao meio privado quanto ao tempo de 599 cumprimento da medida, as comissões disciplinares

e educação privada, o CEDCA e a sociedade 600 civil que não foram consultados, delegação de poder regulamentar e polícia para o meio privado e a 601 baixa efetividade dos indicadores de qualidade. Alegou que não é considerado como melhoria o 602 tempo dos adolescentes fora das unidades, número de cursos realizados, visitas, atividades de lazer 603 e outros itens. Agradeceu a participação. Depois foi solicitada uma alteração na pauta, pois foi 604 sugerido um grupo de trabalho e que seja apreciado o trabalho da CDHAP. Foi informado que o 605 documento foi recebido e que deve haver mais discussões. Foi destacado que, dada a pluralidade de 606 assuntos dentro do mesmo tema, deve ser feito um GT. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da 607 Silva declarou que o documento encaminhado foi considerado na comissão e que é necessário 608 elaborar uma manifestação rapidamente por se trata de uma situação atípica. Destacou a 609 importância de se discutir a privatização das unidades prisionais, lembrou que haverá um 21 610 empréstimo financeiro, que a justificativa não se concretizou. Relatou que a discussão do PPP está 611 em andamento, que deve haver preferência, que foi conversado com o FONACRIAD e SNDCA 612 para a elaboração de um projeto para definir o que é um socioeducador e socioeducadora do ponto 613 de vista da execução das medidas socioeducativas. Foi ressaltada a importância das medidas 614 socioeducativas, sendo necessário o Conanda promover o diálogo com os trabalhadores, garantir 615 direitos trabalhistas e salientado que o trabalho socioeducativo não pode ser comparado a segurança 616 pública. Depois, foi lembrado que o trabalho foi iniciado no governo Bolsonaro e que as 617 experiências privadas não obtiveram sucesso. Em seguida, foi sugerido uma resolução conjunta 618 com o CNJ. Foi destacado que se a profissão for regulada, pode ser feita uma lei. Na sequência, foi 619 iniciado o relato da CDHAP da reunião de 12 e 16 de junho. Foi informada a pauta, os participantes 620 e os encaminhamentos: CDHAP - acompanhar votação do PL 3026/22; encaminhar nota PL Fake 621 News (PL 2630/20); encaminhar nota sobre Novo socioeducativo, considerar negativo, propor 622 ajustes como tempo do projeto e estipular prazo para reavaliação do número de unidades em 623 experiência. Caso o projeto seja implementado, elaborar uma minuta de regulamentação pelo 624 CONANDA da atuação da iniciativa privada no socioeducativo e solicitar uma nova extraordinária 625 na AG para organizar o planejamento. Iniciada a votação sobre aos encaminhamentos da CDHAP, 626 os encaminhamentos foram aprovados por unanimidade. Foi destacado que as notas foram 627 distribuídas aos conselheiros e apresentado o posicionamento contrário ao projeto do Novo 628 Socioeducativo. Foi acrescentado que, caso ele tenha andamento serão recomendados: A garantia da 629 proteção dos direitos de adolescentes e jovens inseridos no sistema socioeducativo brasileiro em 630 conformidade com o SINASE, a redução do tempo previsto de 30 para 5 anos da proposta, 631 não propor novas experiências, a revogação do decreto 2005, de 2019, a implementação das 632 unidades ativas na modalidade pública privada apenas no estado de Minas Gerais, localidade que 633 houve uma discussão junto ao sistema de garantia de direitos e que não haja implementação de 634 outras unidades no resto do país sem o devido monitoramento sistematizado, implantação apenas 635 pelo poder público das unidades geridas pelo setor privado para manutenção do caráter pedagógico 636 da medida, conforme o ECA e o SINASE e a garantia da manutenção dos agentes socioeducativos 637 das equipes técnicas como o corpo prioritário dentro das unidades socioeducativas sem transformá-los 638 em agentes de segurança, pois se entende que tem muitas unidades que não estão alinhadas aos 639 parâmetros do SINASE, e que o principal ponto de preocupação é a gestão do serviço 640 socioeducativo pelo público privado. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva questionou se 22 641 as recomendações foram colocadas depois. Foi concordado. O Presidente Cláudio Augusto Vieira 642 da Silva propôs analisar a nota nesta reunião ou discutir novamente. O Conselheiro Diego Bezerra 643 Alves não se opôs ao que foi exposto e acrescentou que não recebeu a nota. Foi questionado como 644 foi a avaliação. Foi esclarecido que foi procurada a redução de danos, que o tempo do projeto-piloto 645 poderia ser alterado e que buscaram soluções factíveis. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da 646 Silva sugeriu a leitura de cada recomendação para aprovar. Foi informado como recomendações: “A 647 garantia da proteção dos direitos de adolescentes e jovens inseridos no sistema socioeducativo 648 brasileiro em conformidade com o SINASE, a redução do tempo previsto de 30 para 5 anos da 649 proposta e não propor novas experiências antes da finalização dos presentes caso sejam 650 apresentadas”. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva concluiu que a alteração seria quanto 651 ao funcionamento. Depois foi destacado que pode separar. Foi sugerido separar a construção do 652 financiamento. Iniciada a votação sobre a redução dos 5 anos de funcionamento, foi aprovado por 653 unanimidade. Foi esclarecido que o estado possui autonomia e pode não ser alterado. Foi destacado 654 que ao buscar a redução de danos, se está aprovando a implantação de forma privada e foi 655 questionado se não poderia ser verificado em que momento o projeto chegou ao Conanda. Sobre a 656 revogação do decreto 2005 de 2019 em que são previstos estudos sobre os assuntos o Presidente 657 Cláudio Augusto Vieira da Silva questionou se não deveria ser citados os artigos e foi esclarecido 658 que é um decreto pequeno. Iniciada a votação, todos concordaram com a recomendação. Quanto a 659 implementação das unidades ativas na modalidade pública privada, para que sejam realizadas 660 somente no estado de Minas Gerais, localidade que houve uma discussão junto ao sistema de 661 garantia de direitos e que não haja implementação de outras unidades no resto do país sem o devido 662 monitoramento sistematizado e a avaliação de experiência de Minas Gerais o Presidente Cláudio 663 Augusto Vieira da Silva sugeriu a supressão do item. Iniciada a votação, todos aprovaram a 664 supressão da recomendação. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva sugeriu incluir a 665 resolução do Conselho Nacional de Educação sobre a educação no meio socioeducativo. Ato 666 contínuo, foi informado como recomendação a garantia da manutenção dos agentes socioeducativos 667 das equipes técnicas como corpo prioritário dentro das unidades socioeducativas sem transformá-los 668 em agentes de segurança. Iniciada a votação, todos aprovaram a recomendação. Iniciada a votação 669 sobre o texto proposto da comissão, foi aprovado por unanimidade. O Presidente Cláudio Augusto 670 Vieira da Silva explicou que será divulgado para agentes externos e divulgado nas redes do 671 Conanda. Em seguida, sobre a PL Fake News, foi considerado aprovado. Foi destacado que é 23 672 complexo e que existe um público prioritário. Na sequência, foi iniciado o relato da CPP da reunião 673 do dia 12 de junho. Foi informado como pautas: 1. Apresentação e discussão da versão consolidada 674 da minuta de Resolução CONANDA sobre Trabalho Infantil, 2. Prioridades no PPA 2024/2027, 3. 675 Ofício sobre apuração do uso dos recursos do Fundo no ano passado; 4. Inclusão na assembleia de 676 junho da pauta do Instituto Bem Cuidar/Aldeias Infantis SOS e INSPIRE; 5. Acompanhamento do 677 encaminhamento para CDHAP do Ofício Coalizão pela Socioeducação. Encaminhamentos: A 678 Secretaria Executiva enviar o documento para a mesa diretora do CONANDA para avaliar se há a 679 necessidade de dilação do prazo, se seria melhor uma recomendação ao invés de resolução, se 680 estariam envolvidas outras instâncias como o CNAS e o CONAETI, para uma versão final mais 681 bem formatada para avaliação sem os variados destaques; enviar para a mesa diretora sugestão de 682 texto ao PPA 2024-2027 para aprovação ou novas sugestões para que os representantes do Fórum 683 Interconselhos enviem como proposta do Conanda para o PPA, a elaboração do ofício sobre a 684 apuração do uso de recursos do Fundo no ano passado. Foi informado que a Secretaria confirmou a 685 inclusão na assembleia de junho da pauta do Instituto Bem Cuidar/Aldeias Infantis SOS e Inspire, 686 que o CPPA enviou a resposta via Secretaria Executiva e



encaminhou a pauta à CDHAP, sendo a 687 proposta mais uma reunião com a CDHAP e a CPP. Foi declarado que o ofício foi encaminhado e 688 que deverá ser alterado, incluindo as novas recomendações e que não é necessário ter uma reunião 689 conjunta. Foi esclarecido que está sendo aguardado mais informações para repensar o 690 encaminhamento do ofício. Foi destacada a importância do diálogo com a COF. Iniciada a votação, 691 todos aprovaram por unanimidade o relato da CPP. Foi relatado um ofício para acompanhar a 692 conferência em Macapá e que, como não se tem tempo hábil para enviar representante foi sugerido 693 enviar um representante do próprio estado, a Conselheira Lucinete Correa Tavares. Iniciada a 694 votação, todos aprovaram por unanimidade. Em seguida, foi iniciada a discussão sobre a 695 Apresentação e aprovação de Recomendação do Trabalho Infantil. Foi destacada a importância de 696 retomar o tema, dialogar com outros parceiros e de incluir a CONAETI. A Conselheira Débora de 697 Carvalho Vigevani ponderou que não considera que essa recomendação gerará uma transformação 698 prática no sentido de nova normatização, que são itens colocados, que deve ser reafirmado que o 699 trabalho infantil é uma violação de direitos e ressaltou a importância do papel do Conanda. A 700 Conselheira Dayse César Franco Bernardi sugeriu um corpo técnico de apoio ao Conanda para 701 deliberações. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva pontuou que é necessário um período 702 de readequação, salientou a importância do Conanda e suas dificuldades e asseverou que as 24 703 demandas aumentaram. A Sra. Laurenice Alves de Castro salientou que a CDHAP deve fazer um 704 termo de referência para a contratação de uma consultoria de uma pessoa física. Iniciada a votação, 705 a recomendação foi aprovada por unanimidade. Ato seguinte, foi iniciado o Relato da Comissão 706 Organizadora da 12ª CNDCA. Foi solicitada a presença dos integrantes, relatado como 707 encaminhamentos definir os convidados, observadores e palestrantes, que a comissão na próxima 708 reunião possa trazer sugestões de nomes para discutir na próxima assembleia e que podem ser 709 sugeridos nomes para a comissão avaliar. Asseverou que pode ser apresentada uma proposta quanto 710 a materialização do sistema de garantia de direitos no estado, sendo um espaço de exercício de 711 debate do sistema de garantia de direitos, e pode ter um custo, sendo uma sugestão o espaço que 712 será utilizado pelas crianças e parcerias, mas que deve ser oficializado pela secretaria e avaliado se 713 o espaço comportará a capacidade indicada. Foi relatado resultados obtidos em conferências, 714 destacado a importância das conferências, da educação popular nas conferências, de criar 715 corresponsabilidade das propostas. Foi informado sobre a solicitação de adiamento de conferências 716 estaduais para 30 de setembro e que existe a proposta de negar o adiamento e destacar que podem 717 ser prejudicados. Foi deliberado que a resposta será nesse sentido. Foi destacado a importância de 718 verificar os eixos. O Adolescente Igor Gabriel Silva Apolinário asseverou que o CPA é delegado 719 nato da conferência, que existe uma demanda para que os representantes da gestão anterior possam 720 ser delegados natos, questionou se a comissão discutiu o assunto e trouxe uma proposta para ser 721 analisada. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva sugeriu o convite a todos os presidentes e 722 vice-presidentes anteriores do Conanda, lembrar os órgãos de cooperação internacional, definir 723 como facilitadores dois conselheiros, um do governo e um da sociedade civil. Anunciou que até o 724 fim de maio o gabinete do ponto de vista administrativo não sabia da conferência e que possuem 725 instrumentos que inviabilizam uma conferência, sendo importante observar. A Conselheira Lucinete 726 Correa Tavares ressaltou a importância da referência a cidade de direitos e de parceiros para trazer 727 alternativas. O Conselheiro Antônio Lacerda Souto esclareceu que o local não foi definido, que a 728 demanda de definir a gestão anterior como delegado nato deve ser analisada. A Sra. Laurenice 729 Alves de Castro anunciou que o CICB está reservado de 7 a 9 para a conferência, por processo de 730 inexigibilidade, que toda a documentação foi providenciada, que a decisão está sendo encaminhada 731 à para AGU, que o valor foi reduzido para R\$ 2.560.000,00, contabilizando o espaço físico, 732 internet, segurança, limpeza com almoço, jantar e lanche. Foi explicado que até meados de agosto o 733 contrato será assinado, que a modalidade da licitação é o pregão e que está tudo programado. 25 734 Esclareceu que os estados pagarão a presença dos delegados e que não existe a previsão 735 orçamentária, que o custo aumentou, pode ser revisto, que se presume que será custeado a presença 736 dos palestrantes e que está previsto o CPA atual, titulares e suplentes. O Conselheiro Elói Gallon 737 ponderou que o CPA tem uma conquista, que deve ser pensado além do recurso financeiro, relatou 738 caso de ex-representante do CPA, devendo ser garantida a presença dos representantes do CPA. Foi 739 sugerido a CMF, a Comissão da Conferência e a Comissão que cuida do CPA discutir o assunto e 740 fazer o estudo de viabilidade e debate político dos representantes do CPA da gestão anterior para 741 participarem das conferências. Sobre os estados pedirem ampliação, a resposta foi dada. A respeito 742 da cidade de direitos, foi entendido que não terá grandes custos e que pode deliberar pela 743 continuidade do assunto. Foi combinado que as comissões apresentarão sugestões de nomes para a 744 comissão da conferência até o dia 4 de julho. Iniciada a votação do relato da CDHAP e 745 encaminhamentos, foi aprovado por unanimidade. A reunião foi encerrada. Tarde: O Presidente 746 Cláudio Augusto Vieira da Silva iniciou a reunião cumprimentando a todos e informou que será 747 apresentado o Projeto Vira Vida. Foi apresentado o histórico do projeto Vira Vida, características 748 do projeto, parcerias, triagem, eixos, equipe, formação, itens trabalhados, inserção socioproductiva, 749 dados estatísticos, locais de atuação, premiações, objetivos e importância do projeto, valor médio 750 por aluno. Foi destacado as dificuldades do projeto, argumentado que deve se tornar uma política 751 pública para ter um alcance maior e que a melhor forma de continuar o projeto é com o Conanda. A 752 Conselheira Débora de Carvalho Vigevani parabenizou a apresentação, afirmou que pode ser 753 aplicada em qualquer adolescente com desproteção. Relembrou trabalho da instituição que participa 754 e da importância de aplicar como política pública. Questionou quais são os fatores que promovem o 755 engajamento dos jovens, qual lugar que os jovens ficam durante o dia, se há alguma estratégia com 756 a família e representantes e atividades realizadas. Foi respondido que o engajamento é um processo 757 de acolhimento, com um ambiente e pessoas preparadas para atendê-lo, construção pedagógica e 758 concessão da bolsa. Foi relatado que em Foz do Iguaçu a evasão era grande pois existia como 759 concorrente a travessia da ponte. No caso foi feita uma parceria com a Itaipu o que reduziu com a 760 evasão. A Conselheira Débora de Carvalho Vigevani destacou a importância da bolsa e do 761 acompanhamento técnico. Foi respondido que a equipe não faz busca ativa e se reúnem com a rede, 762 que identificam a família do aluno para participar das atividades, que a faixa etária é de 14 a 20 763 anos e que fazem diversas atividades. A Conselheira Maria Luiza Moura Oliveira lembrou casos 764 de adolescentes atendidos pelo Projeto Vira Vida e ressaltou a importância do projeto. Foi 26 765 destacada a importância da atuação dos parceiros no projeto. Foi lembrada a Jornada do PETI 766 com jornadas ampliadas, caso da Bahia, Comunidade Solidária e parabenizado o trabalho. Foi 767 destacado que o Vira Vida da Bahia tinha 100% das turmas inseridas no contexto produtivo. O 768 Conselheiro Diego Bezerra Alves sugeriu a elaboração de uma resolução com mais detalhes sobre o 769 projeto, parabenizou o projeto e ressaltou a importância do projeto. A Sra. Maria Izabel da Silva 770 discorreu sobre o histórico do Vira Vida no Conanda, declarou que é uma tecnologia possível de 771 atender o público e parabenizou a retomada da agenda. Foi questionado qual seria a escala do 772 Projeto Vira Vida Nacional, citado o Smartlab, sugerido observar as boas práticas para a aplicação, 773 e destacado que o assunto não deve ser pautado somente

em junho. Foi respondido que essa 774 resposta deve ser construída, que foi observado as empresas que não cumpriam as cotas e diante das 775 observações, empresas eram contatadas para contratar os adolescentes. O Conselheiro Antônio 776 Lacerda Souto enfatizou a importância de um GT para discutir o assunto, asseverou que existe 777 dificuldade quanto aos acessos as políticas públicas, que deve ser feito um mapeamento das 778 experiências sucedidas e elaborar uma proposta. Depois salientou a importância do Conanda. A 779 Conselheira Marta Volpi lembrou que o Conanda tem um assento no CONAETI, e foi definido 780 dois grupos de trabalho: um para a discussão do Plano Decenal e outro para elaborar os fluxos de 781 atendimento para o trabalho infantil, que seguirão concomitantemente e haverá uma reunião 782 extraordinária. Foi destacada a importância do Conanda. O Conselheiro Antônio Lacerda Souto 783 lembrou o histórico do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil, destacou que se trata de um 784 grande processo de discussão e os projetos possuem tempo limitado. Foi destacado que a bolsa pode 785 não ser universal e que podem ser analisadas alternativas. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da 786 Silva agradeceu a perspectiva, pontuou que é um desafio, sendo o Conanda um fórum adequado 787 para a discussão. Relatou que foi dado o encaminhamento de fornecer a estrutura metodológica para 788 o Conanda fazer a recomendação e definir a proposta ou iniciativa no próximo mês ou depois. O 789 Conselheiro Diego Bezerra Alves solicitou o encaminhamento de documentos enviados a ONU. 790 Iniciada a votação, todos aprovaram por unanimidade o encaminhamento do Projeto Vira Vida. Em 791 seguida, foi iniciado um relato do grupo que compareceu ao Senado. A Conselheira Rozângela 792 Borota Teixeira relatou que ela e outros conselheiros compareceram ao Senado para verificar a 793 aprovação do projeto nº 3026/2022, que versa sobre a captação dos recursos do Fundo para os 794 Direitos da Criança e do Adolescente, entregaram a nota técnica, nota de apoio e solicitação de 795 celeridade diretamente ao Presidente do Senado, relatou que foi feita a emenda nº 02, entenderam 27 796 que a emenda poderia atrasar e sugeriram a supressão da emenda para que o projeto seja apreciado 797 no Senado. Adicionou que foram recebidos pela assessoria do relator da Comissão de Assuntos 798 Econômicos, que compreendeu a importância da supressão da emenda e recomendou um diálogo 799 com a assessoria e com senador Carlos Viana e aguardam o contato para fazer a audiência. 800 Acrescentou que conseguiram falar com o Deputado Eduardo Barbosa, que apoiará no diálogo com 801 o Senado. Relatou que ela participou, o Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger, a Conselheira Marta 802 Volpi, o Sr. Ricardo Washington Moraes de Melo e o Sr. Hélio. Sugeriu uma nota para a supressão 803 da emenda ao senador Carlos Viana. O Sr. Washington Moraes de Melo destacou a importância do 804 Conanda estar no Parlamento para auxiliar nas pautas destacadas, da rejeição da emenda e se 805 colocou à disposição. Foi agradecido o trabalho do Saulo da ASPAR. A Conselheira Marta Volpi se 806 colocou à disposição para elaborar a redação e encaminhar à Secretaria Executiva. O Conselheiro 807 Edmundo Ribeiro Kroger salientou a importância da ASPAR, cientificou que se está abrindo a 808 possibilidade de conversar com o autor da emenda para elaborar um projeto de lei que complemente 809 o projeto que está no Senado e trocar o atual. Salientou que algumas discussões estão fora. O 810 Adolescente Igor Gabriel Silva Apolinário informou que faltam 22 dias para o aniversário do ECA. 811 Foi concordado com a proposta do PL, e destacado que o artigo nº 260 do ECA versa que “o 812 conselho nacional, conselhos estaduais municipais fixarão critérios de utilização por meio de 813 planos de aplicação das dotações subsidiadas e demais receitas aplicando necessariamente 814 percentual para incentivo ao acolhimento sob a forma de guarda”, não sendo responsabilidade 815 somente do SUAS. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger destacou que a emenda é desnecessária 816 pois não permite os estados e municípios definam os percentuais. O Presidente Cláudio Augusto 817 Vieira da Silva compreendeu que a Conselheira Marta Volpi elaborará a proposta básica, distribuirá 818 para todos com prazo para resposta e para enviar para o Congresso. Se o senador for convencido de 819 juntar os projetos de Lei, o assunto pode ser analisado em outro momento. Iniciada a votação, o 820 encaminhamento foi aprovado por unanimidade. O Conselheiro Diego Bezerra Alves asseverou que 821 deve ser discutida a eleição dos conselhos tutelares, que é necessária uma ampla participação das 822 instituições sociais, sugeriu ler o artigo da Professora Miriam da UFRJ sobre o poder invisível do 823 conselho tutelar, lembrou a eleição de 2019 e de 2015 com pouca participação. Depois, foi 824 divulgada a campanha da UNICEF em São Paulo, que se pretende ampliar a campanha “Apoiar e 825 Proteger” e solicitado o compartilhamento. Foi anunciado que será divulgado a agenda do NECA e 826 do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Familiar em um grupo, que ocorrerá uma roda 28 827 de conversa em 29 de junho às 19:00, sobre a negligência das famílias. Foi informado que o 828 relatório estará no grupo. Foi informado que a Secretaria de Educação, Lazer e Esporte está com o 829 edital Segundo Tempo aberto até o dia 16 de julho e foi solicitada a divulgação. A Adolescente 830 Maria Gabriela Pereira da Costa agradeceu a presença, destacou a importância do CPA e solicitou o 831 acompanhamento e a divulgação das postagens do ECA. A Adolescente Maria Rita Lemos Resende 832 agradeceu a todos e salientou a importância das assembleias para o CPA. O Adolescente Igor 833 Gabriel Silva Apolinário agradeceu a equipe da FLACSO, lembrou o aniversário do ECA e 834 convidou para ir ao estado. O Adolescente Arthur da Silva Campos agradeceu a FLACSO e a 835 oportunidade. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 315ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do 837 Adolescente (Conanda).

*Nos termos do inciso III, do Artigo 50 da Resolução nº 217/2018 do Conanda, bem como inciso III do artigo 154 da Portaria MMFDH nº 3.136/2019, lavrei esta Ata*

LAURENICE ALVES DE CASTRO

Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente



Documento assinado eletronicamente por **Laurenice Alves de Castro, Secretario(a)-Executivo(a) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, em 26/07/2023, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3705363** e o código CRC **05353EFA**.

